

A Grande Estratégia Americana no Médio Oriente

Vasco Rato
Diana Soller

Investigadores no Instituto da Defesa Nacional

Resumo

Este artigo pretende determinar quais são os grandes objectivos estratégicos dos Estados Unidos da América para o Médio Oriente. Apesar do presidente eleito Barack Obama insistir na determinação de retirar as forças militares do Iraque, argumenta-se que as linhas fundamentais da política externa Bush vão ser mantidas no futuro. A América continuará a desempenhar o papel de agente pacificador da região, onde as alianças com Israel, a Arábia Saudita e o Egipto são elementos importantes. Tal como no passado, os objectivos fundamentais serão manter a estabilidade do Iraque, evitar a nuclearização do Irão, controlar os movimentos fundamentalistas e garantir as fontes de abastecimento energéticos.

Abstract

American Grand Strategy in the Middle East

This article analyses US grand strategy in the Middle East. Although Barack Obama has pledged the removal of US forces from Iraq, the article suggests that the president's regional policy will reveal continuity with present White House priorities. These include securing access to the region's oil, preserving stability in Iraq, preventing Iran from obtaining nuclear weapons and containing jihadist movements. Through its strategic alliances with Israel, Saudi Arabia and Egypt, the US will continue to provide a stabilising role in the region.

Partindo da premissa de que as raízes do terrorismo jihadista residem nos efeitos nocivos produzidos pelos regimes autocráticos do mundo árabe, George Bush resolveu alterar o *status quo* regional através de uma estratégia de democratização (*freedom agenda*).¹ À luz deste propósito transformativo, seria fácil esquecer que nem sempre os Estados Unidos prosseguiram uma política intervencionista no Médio Oriente. Com efeito, até ao século XX, a região era, essencialmente, objecto de interesse por parte de grupos religiosos que pretendiam a evangelização e a americanização dos habitantes da região. O *engagement* estratégico americano com o Médio Oriente seria gradual, e seria a Guerra Fria que obrigaria Washington, após a Guerra dos Seis Dias, a desempenhar um papel mais intervencionista.

Podem ser identificadas quatro fases da política externa de Washington para o Médio Oriente. A primeira, englobando o período desde a independência dos Estados Unidos até à Primeira Guerra Mundial, caracteriza-se pela afirmação do país como potência comercial e pela expansão do movimento missionário, que emerge como um dos principais instrumentos da política externa na região. A segunda fase, que corresponde aos anos entre as duas guerras mundiais, pauta-se pela consolidação da influência dos Estados Unidos nesta parte do mundo. A terceira fase corresponde à Guerra Fria, época em que os Estados Unidos se assumem como potência mundial e o Médio Oriente se transforma num dos palcos do conflito bipolar. A quarta fase, iniciada em 1991 com a guerra contra Saddam Hussein, é marcada pela relação com o Iraque e a questão energética, ambas cruciais para a preservação do predomínio americano.

Porque os erros da Administração Bush desacreditaram um conjunto de políticas visando a democratização da região, a abordagem dos anos mais recentes irá, muito naturalmente, sofrer ajustamentos quando, em finais de Janeiro de 2009, Barack Obama assumir a presidência. Até porque o processo iraquiano esvaziou o optimismo relativamente à democratização célere da região. Todavia, a agenda de liberdade continuará a pautar a actuação de Washington. Não significa isto, porém, que tudo ficará na mesma. Apenas que a visão traçada por Bush depois do 11 de Setembro, as linhas mestras da *freedom agenda*, não será descartada pelo próximo presidente.

1 Para uma avaliação da política externa de George Bush, cf. Rato, Vasco (2008), “A Herança de Bush”, *RI*, Nº 19, Setembro, pp. 33-53.

A República Comercial e a Evangelização Política

Michael Oren, no seu monumental *Power, Faith and Fantasy*, observa que “as sociedades muçulmanas do Norte de África e do Oriente Próximo proporcionaram as escolas onde seria definida a abordagem americana ao mundo não-ocidental. Encorajando o trabalho missionário, facilitando o turismo, e estacionando esquadras permanentes para salvaguardar o seu comércio, a América construiu as fundações para os seus impérios no Oriente e nas Caraíbas.”² O médio Oriente era, por outras palavras, um palco de afirmação dos Estados Unidos como república comercial e da evangelização, uma das primeiras e mais duradouras expressões do *soft power* americano. Com efeito, os EUA procuravam uma política exterior que correspondesse à sua auto-definição de “república benigna” num sistema de Estados permeado pelo autoritarismo e pela *realpolitik* que os Fundadores haviam condenado.³ A fórmula encontrada foi uma versão do império marítimo britânico, que permitia um contacto informal com outros povos sem prejuízo dos interesses comerciais da república. Consequentemente, a liberdade dos mares torna-se no principal interesse nacional de Washington.⁴

O primeiro desafio à liberdade dos mares ocorre no Médio Oriente quando os reinos semi-autónomos de Marrocos, Tripoli, Tunis e Argel, que dominam as rotas do Mediterrâneo, empregam corsários para capturar navios de carga e cidadãos europeus e americanos. Estes ataques dão origem à construção da frota americana (o financiamento das primeiras seis fragatas foi aprovado em 1794) e contribuem para o fortalecimento do governo federal. Em 1801, Washington faz a sua primeira intervenção militar: a invasão do porto de Tripoli. Iniciam-se as “guerras Bárbaras” do Norte de África, que apenas terminariam em 1815 com a investida contra a Argélia.

Paulatinamente, os Estados Unidos desenvolveram uma doutrina semelhante à *Mission Civilizatrice* francesa e ao *White Man's Burden* britânico. Os Fundadores acreditavam que o país deveria proporcionar um exemplo ao resto do mundo.⁵ Se os redactores da constituição foram claros quanto à separação do Estado e da Igreja, as elites (e a

2 Cf. Michael B. Oren (2007) *Power, Faith and Fantasy – America in the Middle East 1776 to the Present*, New York: W. W. Norton & Company, 2007, p. 27.

3 Cf. Tucker, Robert W. e Handrickson, David C. (1990), “Thomas Jefferson and American Foreign Policy”, *Foreign Affairs*, vol. 69, nº 2, pp. 135-156, p. 136) e Kagan, Robert (2006) *Dangerous Nation – America's Place in the World from Its Earliest Days to the Dawn of the Twentieth Century*, Nova Iorque: Alfred A. Knopf, p. 57.

4 Mead, Walter Russell (2002), *Special Providence – American Foreign Policy and How it Changed the World*, Nova Iorque: Routledge. p. 105.

5 Oren (2007), p. 87.

população) aceitavam que a América era uma obra da providência divina. É justamente esta percepção que está subjacente à doutrina do *Manifest Destiny* de 1840. Foram os princípios do *Manifest Destiny* que animaram o movimento missionário que volta as suas atenções para o Médio Oriente em meados do século XIX a fim de fazerem a “evangelização política”. Indirectamente apoiados pelo Estado, os missionários construía igrejas, hospitais, escolas e universidades.⁶ Em 1895, missionários americanos dirigiam quatrocentas escolas e nove universidades no Médio Oriente.⁷

A política americana no período entre as duas Guerras Mundiais expressa a introdução do Wilsonianismo no Médio Oriente.⁸ Os movimentos nacionalistas árabes combateram ao lado dos Aliados em troca de promessas de independência. Todavia, em Versalhes, as promessas são quebradas e um sistema de mandatos é constituído. Quando os mandatos ocidentais se transformaram em tutelas permanentes, Wilson, através da “Middle East Liberation Policy”, passa a apoiar os movimentos nacionalistas na Síria, no Líbano, no Egipto, na Tunísia e no Irão. As políticas do presidente Wilson representaram um importante passo na influência americana no Médio Oriente.⁹ Apesar de o ideal wilsoniano – Estados independentes e democráticos – nunca se ter concretizado, abriu-se o caminho a um novo modelo de intervenção internacional baseado no princípio da autodeterminação e consolidou-se a presença dos Estados Unidos na região.

A Guerra Fria no Médio Oriente

Durante grande parte do século XX, enquanto a Grã-Bretanha assegurava a estabilidade e protegia o acesso aos recursos petrolíferos que tornavam o Médio Oriente estrategicamente vital para o Ocidente, Washington mantinha a sua distância relativamente às profundas transformações que alastravam pela região.¹⁰ No final dos anos 60 e no início da década de 70, os Estados Unidos passaram a desempenhar um papel regional mais activo. Duas razões levaram Washington a intensificar esta sua presença na região. Primeira, o desfecho da Guerra dos Seis Dias de 1967 conduz a uma aproximação entre

6 Walter Russel Mead sugere que os missionários estiveram na génese das actuais Organizações Não Governamentais. Cf. Mead (2002), p. 161.

7 Oren (2007) p. 285.

8 O wilsonianismo é uma tradição norte-americana que defende que “the nations security is better protected by the expansion of democracy worldwide” (Smith, Tony (1994) *America’s Mission – The United States and the Worldwide Struggle for Democracy in the Twentieth Century*, Princeton: Princeton University Press, p. 9).

9 Cf. Campanni, Massimo (2007), *História do Médio Oriente 1798-2005*, Lisboa: Teorema, p. 76.

10 Cf. Freedman, Lawrence (2008), *A Choice of Enemies: America Confronts the Middle East*, Nova Iorque: Public Affairs.

o país e Israel, agora considerado suficientemente poderoso para conter a influência dos aliados árabes da União Soviética. Segunda, em 1968 Londres anuncia que, depois de 1971, abandonaria os seus compromissos militares a leste do Suez, levantado assim o espectro da instabilidade no Golfo Pérsico. A inquietação americana quanto ao vazio estratégico que seria aberto pela retirada do Reino Unido, ocorre num momento em que os avanços soviéticos em países como o Egipto, o Iraque, a Síria e o Iémen provocam alarme em Washington. Estas realidades levam a Administração Nixon a adoptar a doutrina dos “Twin Pillars”, que atribui ao Irão o papel de “polícia regional” – a potência local encarregada de zelar pelos interesses americanos no Golfo Pérsico.¹¹

No início dos anos 80, em consequência da revolução iraniana de 1979, os Estados Unidos procedem a uma redefinição dos seus objectivos estratégicos no Médio Oriente. O inesperado derrube do Xá Reza Pahlevi significava que Washington teria de intensificar a sua presença directa na região para colmatar o vazio de segurança criado pelo derrube do seu “polícia regional”. Este retrocesso no Irão obriga o presidente Jimmy Carter a anunciar, pela primeira vez, que os Estados Unidos interviriam militarmente no Golfo Pérsico para salvaguardar o acesso aos campos petrolíferos e às vias de transporte marítimo do Golfo Pérsico.¹² Em suma, a revolução iraniana constitui um ponto de viragem para a política externa americana na região.

Como é sabido, a revolução iraniana trouxe repercussões monumentais para o Médio Oriente.¹³ Desde logo, os *mullahs* construíram um modelo político revolucionário que se revelou extremamente influente.¹⁴ Até então os líderes árabes (e as oposições) prosseguiram um modelo de modernização socioeconómica secular (socialista ou capitalista) e nacionalista (incluindo a versão pan-árabe). A legitimidade das monarquias assentava num critério adicional: o da autoridade tradicional, implicando, por isso, alguma conformidade com a narrativa do Islão. Essa ligação era particularmente estreita na Arábia Saudita, onde a família al Saud era legitimada pelo *establishment* wahabista.¹⁵ Mas o ponto fundamental é que, antes da revolução iraniana, todos os regimes do Médio

11 Cf. Pollock, Kenneth (2004), *The Persian Puzzle – The Conflict Between Iran and America*, Washington: Brookings Institution e Rato (2008).

12 Sobre a Doutrina Carter, cf. Andrew Bacevich, (2008) *The Limits of Power – The End of American Exceptionalism*, Nova Iorque: Metropolitan Books, pp. 50 e 51.

13 Keddie, Nikki R. (2003), *Modern Iran: Roots and Results of Revolution*, New Haven: Yale University Press.

14 Calabrese, John (1994), *Revolutionary Horizons: Regional Foreign Policy in Post-Khomeini Iran*: Nova Iorque: St. Martin’s Press.

15 Sobre a relação entre a Casa Saud e a elite Wahabita, cf. Wright, Laerence (2007), *A Torre do Desassossego – O Percurso da Al-Qaeda até ao 11 de Setembro*, Lisboa: Casa das Letras, pp. 73 e 74.

Oriente adoptaram modelos que encaminhavam os respectivos países no sentido de uma crescente ocidentalização. Em contraste, a originalidade de Khomeini residia no estabelecimento de um regime cuja legitimidade assentava na rejeição da modernização (aliás, o projecto desenvolvimentista lançado pelo Xá - a Revolução Branca - era entendido pelos *ayatollahs* como a americanização do país). Enraizado no tradicionalismo religioso (especificamente, na autoridade dos cleros islâmicos), o novo regime substituiu o nacionalismo persa do Xá pelo internacionalismo islâmico,¹⁶ definindo assim uma via política alternativa que rompia com as premissas sobre o desenvolvimento que até então norteavam os países da região.

Com a vitória de Khomeini, passou a existir uma “experiência real” islâmica, isto é, uma república islâmica que inspirava movimentos como o Hamas e o Hezbollah. Ao mesmo tempo que reivindicavam uma nova ordem política enraizada em “genuínas tradições islâmicas”, estes movimentos agiam como instrumentos do estado iraniano nos seus respectivos países. Mesmo para os movimentos islamitas sunitas, o Irão de Khomeini evidenciava a possibilidade de se construir uma sociedade de acordo com os ensinamentos do Islão. Significava isto que os êxitos do Irão reforçariam a atracção política do islamismo. Em contraste, a falência do islamismo seria acelerada caso o regime iraniano fracassasse. Esta realidade sempre enquadrou a política de Washington em relação à República Islâmica.

Porque os *mullahs* inviabilizaram a estratégia de hegemonia regional do Xá, a Administração Reagan viu-se obrigada a formular uma estratégia de “dupla contenção” assente na preservação de um equilíbrio de poder entre o Irão e o Iraque.¹⁷ Se a “dupla contenção” se mostrou eficaz durante a guerra Iraque-Irão de 1980/88, é igualmente verdade que a abordagem se tornou impraticável depois da invasão do Kuwait de 1990. Saddam Hussein demonstrou que o Iraque dificilmente seria contido, o que, na prática, significava que constituía uma ameaça ao Kuwait e à Arábia Saudita, os dois mais importantes produtores de petróleo do Golfo. Se se consumasse a anexação do Kuwait, dificilmente Saddam Hussein seria dissuadido de lançar uma investida militar contra a Arábia Saudita. Em consequência desta leitura, a estratégia americana de manter uma presença militar regional através de forças navais seria complementada pela presença de forças terrestres e aéreas estacionadas na Arábia Saudita. Visava-se dissuadir

16 Cf. Nasr, Vali (2006) *The Shia Revival – How Conflicts within Islam Will Shape the Future*, Nova Iorque: W. W. Norton & Company, pp. 121, 130 e 137.

17 Ansari, Ali M. (2006), *Confronting Iran: The Failure of American Foreign Policy and the next Great Crisis in the Middle East*. Nova Iorque: Basic Books.

uma nova agressão de Bagdad e, igualmente importante, manter a integridade das zonas de exclusão aérea no interior do Iraque. A ideia era simples: manter Saddam Hussein na sua “box”, esperando que se verificasse uma mudança de regime, que, assim se pensava, seria acelerada pelas sanções impostas pelas Nações Unidas.

Contudo, a presença de soldados (sobretudo de mulheres) americanos na península reforçava os movimentos islamistas que mobilizavam o descontentamento que a presença dos “cruzados” gerava no mundo muçulmano.¹⁸ A retirada americana da Arábia Saudita já era uma das mais importantes reivindicações de Osama bin Laden muito antes do 11 de Setembro.¹⁹ À medida que esta presença se prolonga, os sauditas optam por manter as tropas americanas enclausuradas no deserto, afastando-as de qualquer contacto com a população. Dado que as sanções se revelavam inúteis para induzir a mudança de regime em Bagdad – e porque aumentaram os custos (políticos e financeiros) da preservação das zonas interditas dentro do Iraque, – a estratégia de contenção definida após a primeira guerra do Iraque estava claramente esgotada quando George Bush entra na Casa Branca em Janeiro de 2001.²⁰

Com a excepção de Paul Wolfowitz, poucos membros da Administração Bush reivindicaram pela mudança do regime iraquiano nos meses que antecederam o 11 de Setembro.²¹ Antes dos ataques da al-Qaeda, eram frequentes as críticas quanto ao desinteresse da nova administração relativamente ao conflito israelo-árabe e ao resto do Médio Oriente. Bush visava aperfeiçoar a contenção do Iraque através de “sanções inteligentes”²², o que, segundo os críticos, significava pactuar com a degradação das sanções e, como corolário, consentir a permanência de Saddam Hussein no poder. Relativamente ao Irão, Bush e Clinton em pouco se distinguiram. Em suma, até ao 11 de Setembro, a actuação da Administração Bush em relação ao Médio Oriente pautava-se por algum alheamento e pela continuação das políticas anteriormente traçadas por Bill Clinton.

Os anos que seguiram ao 11 de Setembro são suficientemente conhecidos para serem aqui analisados. Convém, no entanto, salientar um dado: generalizou-se a convicção de que é necessário agir no Médio Oriente para esvaziar as ameaças que comprometem os

18 Cf. Capítulo 7 de Wright, (2007).

19 Cf. “Declaration of War Against the Americans Occupying the Land of the Two Holy Places”, Agosto, 1996. disponível em: http://www.pbs.org/newshour/terrorisminternational/fatwa_1996.html.

20 Pollock, Kenneth M. (2002), *The Threatening Storm - The Case of Invading Iraq*, Nova Iorque: Random House.

21 Woodward, Bob (2002), *Bush at War*, Nova Iorque: Simon & Schuster e Mann, James (2004), *The Rise of the Vulcans - The History of Bush Wars Cabinet*, Nova Iorque: Viking, pp. 234 e ss.

22 Rice, Condoleezza (2000), “Campaign 2000: Promoting National Interest”, *Foreign Affairs*, Vol. 79, Nº 1, Janeiro-Fevereiro, pp. 45-62, p. 60.

interesses americanos na região. Por isso, nenhum dos candidatos à presidência advogou uma diminuição significativa da presença do país na região. Também não se evidenciou qualquer tipo de controvérsia quanto à importância dos países do Médio Oriente (e do seu petróleo) para os Estados Unidos, apesar das diferenças tácticas manifestadas quanto à melhor abordagem a adoptar relativamente ao Irão e ao Iraque. Com efeito, Barack Obama e John McCain expressaram pontos de vista largamente coincidentes no tocante aos objectivos e à grande estratégia a seguir nesta parte do mundo.

Os Interesses Americanos na Região

Dos vários interesses estratégicos americanos identificáveis no Médio Oriente, nenhum é tão importante como a continuação do acesso aos recursos petrolíferos.²³ Não significa isto que Washington pretende exercer controlo directo sobre os países produtores. Todavia, pretende assegurar a estabilidade dos fornecimentos (e preços). A importância estratégica do petróleo oriundo do Médio Oriente pode ser ilustrado recorrendo aos seguintes dados. Dos 85 milhões de barris diariamente consumidos no mundo, 23 milhões são produzidos na região. Destes, 19 milhões são produzidos no Golfo Pérsico, metade dos quais na Arábia Saudita. Por isso, a interrupção da produção saudita (ou seja, 13% do total mundial) não só provocaria escassez do fornecimento como, evidentemente, retiraria qualquer possibilidade de aumentar o *output* para fazer frente a flutuações do preço. Tudo isto se torna ainda mais grave quando se reconhece que as previsões internacionais apontam para um aumento da procura ao longo das próximas décadas, um aumento largamente provocado pelo crescimento asiático. Dito de outra forma, o mundo tornar-se-á mais dependente em relação ao petróleo do Médio Oriente, mesmo que haja uma diminuição da procura no Ocidente resultante do consumo mais eficiente e da conversão às energias alternativas.

Sabemos que o preço do petróleo é determinado em função de vários factores: oferta, procura, capacidade de refinação, segurança das redes de transporte e o “prémio político” (instabilidade dos países produtores). Dado que a estabilidade dos preços mundiais exige a sustentabilidade da produção no Médio Oriente, a interrupção da produção nesta parte do mundo acarretaria danos tremendos para a economia inter-

23 Klare, Michael T. (2004), *Blood and Oil: The Dangers and Consequences of America's Growing Petroleum Dependency*, Nova Iorque: Metropolitan Books.

nacional. Diz-se que a “independência energética” passa pela diminuição da dependência dos EUA relativamente à produção saudita. Mas, mesmo que os EUA reduzissem as suas importações de petróleo oriundo do Médio Oriente, a economia americana permaneceria exposta aos efeitos indirectos que as perturbações da oferta provocariam nos parceiros comerciais dos EUA, reduzindo assim, por exemplo, a capacidade de Washington de financiar a sua dívida.

Não obstante, a vulnerabilidade dos EUA relativamente aos sauditas poderá ser atenuada se forem acauteladas três situações. Primeira, a recuperação da indústria petrolífera iraquiana, que tem capacidade para produzir o dobro do seu *output* actual. Segunda, reduzir o risco de um confronto militar com o Irão e, igualmente preocupante, a eventualidade de um bloqueio dos estreitos de Ormuz. Dos 85 milhões barris produzidos diariamente em 2007, metade eram transportados por petroleiros. Destes, 16 a 17 milhões passaram pelos estreitos de Ormuz (ou seja, 2/3 do transporte diário). Para além de assegurar que os estreitos de Ormuz permanecem abertos, a marinha americana assegura a navegabilidade nos estreitos de Bab el Mandab e do Canal de Suez. Terceira, reduzir a possibilidade de um ataque terrorista contra instalações sauditas. Esta preocupação com a segurança das infra-estruturas sauditas acentuou-se depois de Dezembro de 2004, altura em que bin Laden apelou a ataques contra instalações petrolíferas do Golfo Pérsico. De facto, em Fevereiro de 2006, foi desmontado um atentado da al-Qaeda às instalações de Abqaiq, por onde escoia 75% da produção saudita. Para além de reforçar os regimes aliados, a presença militar americana na região tem como objectivo evitar o encerramento de pontos de acesso ao transporte marítimo dos hidrocarbonetos.

O segundo interesse americano é conter os movimentos fundamentalistas islâmicos e, sobretudo, evitar que conquistem o poder nos países mais relevantes. Se este objectivo não dispensa uma presença dos EUA na região, essa mesma presença mobiliza os islamitas contra os regimes “servos” dos americanos. A luta contra o terrorismo no Médio Oriente traz uma consequência paradoxal para a política externa de Washington. Se a luta contra o terrorismo for entendida como o objectivo primeiro da política externa, os problemas inerentes à emergência da Rússia e da China serão secundarizados. Isto é, o patamar de tolerância em relação a estes países será maior se se considerar que são indispensáveis na luta contra o terrorismo. Veja-se, por exemplo, a postura de Bush em relação à Rússia de Putin depois do 11 de Setembro. Mas se o combate ao terrorismo for considerado como apenas um entre vários objectivos prosseguidos em simultâneo, a importância relativa das alianças com outras potências muda, invariavelmente, porque os pressupostos subjacentes são alterados. Atendendo à experiência dos últimos anos,

parece ser necessário repensar a relação entre o combate ao terrorismo e os desafios colocados pela China e a Rússia, empenhados em corroer a hegemonia internacional americana.

Impedir a proliferação de ADMs no Médio Oriente é outro objectivo estratégico.

Neste quadro, Washington visa conter a influência do Irão e limitar a sua capacidade de actuação regional. Porque um Irão nuclearizado condicionaria o comportamento dos países circundantes (incluindo o Iraque), Washington não pode aceitar este desfecho. Todavia, se o Irão conseguir obter armas nucleares, é mais do que natural que outros países - particularmente o Egipto e a Arábia Saudita - optem por seguir o mesmo caminho. Uma corrida aos armamentos nucleares na região, aumentaria a probabilidade de grupos terroristas virem a adquirir ADMs. Sendo assim, e mesmo que se concretize uma retirada significativa dos efectivos estacionados no Iraque, muito dificilmente os Estados Unidos abdicarão de usar o país como plataforma para a defesa dos seus interesses vitais. A retirada do Iraque obrigaria a uma estratégia de *offshore balancer*, seguida antes da invasão do Kuwait mas difícil de retomar na conjuntura actual. Até porque a lógica regional, largamente condicionada pelos dilemas de segurança introduzidos pela eventual nuclearização de Teerão, faz com que os Estados Unidos se inclinem para utilizar o Iraque com o fim de equilibrar o Irão.

Estes três grandes objectivos são prosseguidos através de uma política regional que, obrigatoriamente, contempla quatro relacionamentos estratégicos: a aliança com Israel e o Egipto, a questão israelo-palestiniana, a relação com a Arábia Saudita e o relacionamento futuro com o Iraque.

O Eixo Estratégico Regional

Quando Harry Truman tomou a decisão de reconhecer a independência de Israel contra o conselho do seu departamento de Estado, nada indicava que o novo país se transformaria no aliado privilegiado americano na região. Marginalizado pelos Estados Unidos depois de obter a sua independência, Telavive recorreu a outros países, particularmente à França, para fazer frente às suas necessidades de segurança. A difícil relação com os Estados Unidos manifesta-se de forma nítida em 1957, quando Israel se junta à França e à Grã-Bretanha na tentativa de capturar o canal de Suez.²⁴ Porém, desde 1967, Israel emergiu como o aliado estratégico imprescindível dos americanos.

24 Shlaim, Avi (2000), *The Iron Wall: Israel and the Arab World*, Nova Iorque: W.W. Norton.

Pode-se, sem dúvida, afirmar que o próximo presidente americano irá preservar a parceria estratégica com Israel.²⁵ Isto porque não existem, nem se prevê que venham a existir, condições que possam desfazer o consenso doméstico em torno da defesa de Israel. Convém notar que este consenso não se deve exclusivamente (nem principalmente) ao chamado “lobby judaico”, como muitas vezes se sugere.²⁶ Mais importante do que a acção dos *advocacy groups*, dois factores de política interna tornam a aliança com o estado hebraico num pilar da política externa de Washington. Primeiro, há um vastíssimo apoio que resulta daquilo que se pode caracterizar como a solidariedade democrática entre os dois países. Desde Woodrow Wilson que a política externa americana privilegia relações com regimes pluralistas, e o consenso em volta da democratização, hoje prevalente nos dois partidos americanos, garante que Israel, a única democracia na região, continue a beneficiar de um robusto apoio junto da opinião pública. Segundo, as correntes protestantes evangélicas que se têm reforçado politicamente nos anos mais recentes, principalmente no interior do partido republicano, olham para Israel, e para os judeus, com reverência especial.²⁷

Estas observações contradizem a ideia de que a política externa americana no Médio Oriente é largamente determinada pelo “lobby judaico”, pelo que os Estados Unidos deveriam, em nome do interesse nacional, criar “maior distância” face a Israel. Que os EUA podem seguir uma política mais distante em relação a Telavive é uma evidência; resta saber quais os seus contornos específicos. Até porque uma política de maior distância poderá gerar uma quebra de confiança entre os dois países, uma eventualidade deveras preocupante na medida em que qualquer acordo israelo-palestiniano terá, necessariamente, de assentar no princípio de “terra por paz”. Na óptica israelita, esta “troca” será possível se – e apenas se – os Estados Unidos continuarem a ser o garante da sobrevivência do estado hebraico. Hesitações em relação à aliança reduzem a possibilidade de os israelitas aceitarem a criação de um estado palestino. A ideia que os americanos poderão contribuir para desbloquear o impasse actual através de um distanciamento em relação a Telavive provavelmente provocaria o efeito oposto. Note-se que parte da razão porque a diplomacia europeia

25 Cf. Obama, Barack (2008), “Speech at the AIPAC Conference”, 4 de Junho. Disponível em http://www.aipac.org/Publications/SpeechesByPolicymakers/PC_08_Obama.pdf

26 Há, em termos simplificados, duas visões do lobby judaico. A primeira mantém que o lobby virtualmente determina a política dos EUA. A segunda, revelando consideravelmente mais nuance, apenas refere que tem uma influência desmedida na formulação da política externa que terá de ser equilibrada através de uma aproximação aos países árabes. Para os defensores desta tese, a resolução da questão israelo-palestina apresenta-se como o problema mais importante da política regional americana. Cf. Maersheimer, John e Stephan Walt (2007), *The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy*, Nova Iorque: Farrar, Strauss and Giroux.

27 Cf. Mead, Walter Russell (2008), “The New Israel and the Old – Why Gentile Americans Back the Jewish State”, *Foreign Affairs*, Vol. 87, Nº 4, Julho/Agosto.

enfrenta resistências em Israel deve-se ao facto de Telavive considerar que a UE não é suficientemente intransigente na defesa do estado hebraico. E convém recordar que o distanciamento israelo-americano até 1967 apenas convenceu Israel da necessidade de desenvolver armas nucleares de forma a garantir a sua sobrevivência.

O compromisso americano com a segurança israelita provocou outro efeito que não deve ser menorizado: convenceu os países árabes que a opção militar teria de ser abandonada.²⁸ Foi esta constatação quanto à impossibilidade da guerra que abriu o caminho à paz com o Egipto (e, depois, a Jordânia). A partir do momento em que o Cairo se excluía de uma coligação militar anti-Israel, o que efectivamente foi feito por Anwar Sadat aquando da assinatura dos acordos de Camp David, os restantes estados árabes deixaram de reunir condições para recorrerem à guerra. Há um segundo dado que merece ser realçado: os tratados de paz com Israel permitiram que os EUA estabelecessem parcerias estratégicas com o Egipto e outros países árabes. Essas parcerias tinham uma dimensão militar que gerou uma consequência adicional – a dependência tecnológica e logística das forças armadas destes países (particularmente evidente nos casos da Arábia Saudita, Egipto, Jordânia e, futuramente, no Iraque) em relação aos EUA retirou-lhes a autonomia necessária para prosseguirem uma guerra sustentada contra Israel.

Se a relação com Israel é fundamental para Washington, é igualmente verdade que a parceria com o Egipto, reforçada na sequência da assinatura dos acordos de *Camp David*, se tornou imprescindível. Na perspectiva de Washington, manter influência junto do Cairo é importante por duas razões. Primeira, porque a influência cultural do Egipto junto do resto do mundo árabe é substancial, a relação com os EUA transmite um sinal de *soft power* importante para a região. Segunda, sem a participação das forças armadas egípcias não é possível reunir uma coligação militar árabe para fazer guerra contra Israel. Dito de outra forma, enquanto o Cairo mantiver uma relação pacífica com Israel, é virtualmente impossível assistir-se a uma guerra que possa comprometer a existência do estado hebraico. A robustez do eixo Telavive-Cairo trava a emergência de um país hegemónico (por exemplo, a Síria) hostil aos interesses dos Estados Unidos.

É neste sentido que a presença americana na região se afigura como um factor de pacificação.²⁹ Até porque os regimes árabes necessitam da presença americana

28 Oren Michael B. (2002), *Six Days of War: June 1967 and the Making of the Modern Middle East*, Nova Iorque: Oxford University Press.

29 O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Síria, Walid al-Moallem, admite a importância dos EUA como agente de construção de paz no Médio Oriente. Cf. "Interview with Syria's Foreign Minister: America's Role is Central", *Spiegel International Online*, 11/01/2008. Disponível em <http://www.spiegel.de/international/world/0,1518,589432,00.htm>.

para escaparem à necessidade de mobilizar recursos para enfrentar Israel militarmente. É certo que a retórica anti-israelita é incessante no mundo árabe, e que reforça a legitimidade das autocracias. No Ocidente, a retórica anti-israelita (e anti-americana) é frequentemente invocada para alegar que a hostilidade da “rua árabe” seria atenuada se Washington adoptasse uma postura mais crítica em relação a Israel. Este argumento, porém, ignora um facto incontornável: os interesses estratégicos americanos pouco têm sido afectados pelo sentimento da “rua árabe”. Não se pretende com isto dizer que o anti-americanismo não pode ser um problema a prazo, ou que não limita o apoio que Washington pode conceder às forças democráticas na região. Muito menos se quer dizer que nada se deve fazer para inverter esta situação. Apenas se constata que os interesses vitais, nomeadamente o acesso ao petróleo do Golfo e a preservação das parcerias estratégicas com os estados mais relevantes da região, têm sido resguardados apesar das perturbações dos últimos anos. Esta realidade, por sua vez, permite que Washington trace uma estratégia gradual, geracional de liberalização para a região sem que seja necessário sucumbir à tentação da democratização célere que pautou algumas das decisões da Administração Bush.

O Conflito Israelo-palestiniano

Em Junho de 2002, George Bush anunciou que a paz na região passava, obrigatoriamente, pela criação de um Estado palestino a existir lado a lado com Israel.³⁰ Mais do que uma descontinuidade na política externa dos Estados Unidos, o anúncio de Bush explicitou o que, na prática, tinha sido a orientação do seu antecessor.³¹ Ao excluir a eventualidade de uma solução assente num Estado único e binacional, a administração reconhecia a legitimidade das reivindicações palestinianas. Mas, igualmente crucial, reiterava, de modo explícito, o direito de Israel existir como estado hebraico. Se o princípio de “dois estados” é hoje pacífico, os obstáculos a um eventual acordo que o concretize exigem que a Administração Obama fomente um clima de confiança que possa

30 Bush, George W. (2002), “President Bush Calls for a New Palestinian Leadership”, 24 de Junho. Disponível em <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/06/20020624-3.htm>. Ver também Miller, Aaron David (2008), *The Much Too Promised Land: America's Elusive Search for Arab-Israeli Peace*. Nova Iorque: Bantam Books.

31 Sobre a posição da Administração Clinton em relação ao conflito israelo-palestiniano: Ross, Dennis (2004), *The Missing Peace: The Inside Story of the Fight for Middle East Peace*, Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux.

levar as partes a regressarem à mesa das negociações. Para que isso aconteça, torna-se necessário incentivar o surgimento de interlocutores palestinos e israelitas credíveis.

Relativamente à Autoridade Palestiniana, os objectivos de Washington passam por obstruir a tomada do poder pelo Hamas na totalidade da Autoridade Palestiniana, para assim evitar que a AP se transforme, definitivamente, num estado falhado, numa plataforma para destabilizar os estados circundantes. Note-se que o problema básico da Autoridade Palestiniana reside no descontentamento dos palestinos em relação à “velha guarda” da Fatah. Responsabilizada pela corrupção, pelo nepotismo e pela ausência de serviços sociais, a Fatah necessita agora de fazer uma transição para uma nova geração de líderes que permaneceram nos territórios nos anos em que a velha guarda de Arafat se encontrava no exílio. A personalidade mais consensual desta nova geração, Marwan Barghouti, encontra-se numa prisão israelita. A sua libertação que, de momento, não está prevista, constituiria um sinal que Telavive pretendia facultar a emergência de uma nova liderança palestina capaz de enfraquecer o Hamas. Certo, porém, é que o fracasso do Hamas em Gaza ainda não provocou o descontentamento generalizado, pelo que é de antecipar que a libertação de Barghouti aconteça se, com é esperado, a situação em Gaza se continuar a deteriorar.

Olhando para o panorama político israelita, dificilmente se antecipam avanços significativos nos tempos mais próximos. As fragilidades do Kadima, conjugadas com as profundas divisões no interior da Autoridade Palestiniana, tornam um acordo duvidoso. Dito de forma mais simples, parece que não existem interlocutores israelitas e palestinos com poder suficiente para quebrar o impasse. Neste quadro, não se vislumbram iniciativas americanas que possam obter êxito. Pelas razões expostas, a libertação de Marwan Barghouti pode ajudar a solidificar a posição palestina, mas não é de todo seguro que a parte israelita dispõe de condições políticas para responder a essa novidade.

Para Washington, a resolução da questão israelo-palestina (ou, pelo menos, o arranque de um novo processo de paz) é importante na medida em que poderá atenuar algum sentimento anti-americano no mundo árabe. Mas não é um objectivo que se sobrepõe aos restantes interesses de Washington na região. Dito de outra forma, a resolução da questão israelo-palestina não é, e nada leva a crer que venha a ser, o objectivo primeiro da Casa Branca. Até porque nenhum interesse vital americano é comprometido pela continuação do impasse: o petróleo escoa, enquanto que os receios em volta do Irão e dos movimentos islamitas garantem que os regimes moderados árabes continuarão a exigir a protecção de Washington.

A Aliança Estratégica com a Arábia Saudita

Em 14 Fevereiro de 1945, a bordo do navio USS Quincy, o presidente Franklin Roosevelt e o rei Ibn Saud selaram um acordo histórico: em troca do acesso aos recursos petrolíferos do país, os Estados Unidos comprometeram-se a garantir a segurança da casa real saudita. Na altura, dado que os EUA ainda produziam petróleo suficiente para satisfazer o seu consumo doméstico, a concessão atribuída à Aramaco representava uma penetração comercial importante em troca de um custo reduzido. Afinal, as ameaças enfrentadas pelo regime saudita eram, essencialmente, de natureza doméstica e, portanto, o papel regional dos EUA não carecia de expansão.

A relação com o reino seria redefinida após a guerra de 1973, e o subsequente embargo petrolífero liderado por Riade.³² Na óptica de Washington, a Arábia Saudita torna-se indispensável como estabilizador de preços. Durante a década de 70, a relação com os sauditas também se aprofundava em consequência dos receios da casa real quanto à crescente influência soviética na região. Apoiada por Moscovo, a Etiópia de Mengistu invade a Somália – um país aliado de Riade. Ao mesmo tempo, o regime marxista do Iémen do Sul tenta derrubar o governo pró-saudita do Iémen do Norte. Em 1979, a revolução iraniana e a invasão soviética do Afeganistão levam os sauditas a intensificar a sua relação com Washington (o que passa pela presença clandestina de militares americanos no reino que treinam a Guarda Nacional, o corpo responsável pela segurança interna). Recorde-se, também, que é em 1979 que a Grande Mesquita de Meca é ocupada por fundamentalistas que reivindicam o derrube da casa real.³³ Trata-se de um acontecimento que revela que a família al Saud enfrentava problemas de legitimidade doméstica e, por conseguinte, teria de reforçar o papel dos *wahabistas*, que exigiam um maior apoio à exportação da sua versão do Islão. O apoio concedido pelos sauditas aos *mujahedin* afegãos resultava desta reivindicação *wahabista*.

Após a investida iraquiana de 2003, que possibilitou a retirada célere das forças americanas que permaneciam no reino, o relacionamento bilateral tornou-se mais complexo. Por um lado, dado que a procura mundial de petróleo ultrapassou a capacidade de Riade de aumentar a sua produção, a Arábia Saudita perdeu alguma margem para estabilizar o preço deste recurso. Considerando os elevados preços praticados, o incentivo

32 Bronson, Rachel (2006), *Thicker Than Oil. America's Uneasy Partnership with Saudi Arabia*, Nova Iorque: Oxford University Press.

33 Torino, Yaroslavl (2007), *The Siege of Mecca: The Forgotten Uprising in Islam's Holiest Shrine and the Birth of al-Qaeda*. Nova Iorque: Doubleday.

para aumentar a produção também não era particularmente atractivo, especialmente porque Riade procurava novos clientes, entres os quais a China. Por outro lado, a instabilidade iraquiana e a nuclearização do Irão tornam a presença americana na região, e a garantia de segurança daí resultante, ainda mais decisiva para os países do Golfo Pérsico.³⁴ Se a nuclearização do Irão se consumir, a Arábia Saudita (e outros estados como o Egipto e a Turquia) enfrentará uma escolha problemática: desenvolver um arsenal nuclear próprio ou aprofundar a sua relação de segurança com os EUA. Por último, as dificuldades do regime, incluindo os problemas sociais crónicos que têm contribuído para o alastrar do fundamentalismo, levantam a eventualidade (apesar de improvável nesta altura) de se verificar o colapso da casa real e - verdadeiro cenário apocalíptico - a tomada de poder pelos islamitas.

À luz destas considerações, não há, a curto prazo, razões para esperar alterações à abordagem americana relativamente à Arábia Saudita. No entanto, a natureza do regime saudita ameaça, a longo prazo, gerar tensões entre os dois países. A este propósito, dois factores devem ser salientados. Primeiro, o *wahabismo* constitui um obstáculo à liberalização política que Barack Obama considerada essencial para refrear a radicalização que conduz ao jihadismo. Segundo, o presidente eleito defende a independência energética americana, um objectivo que traduz o reconhecimento de que os EUA estão demasiado dependentes do petróleo (e do *leverage* político-estratégico que proporciona) saudita. Acrescente-se que, para a opinião pública americana pós-11 de Setembro, a Arábia Saudita passou a ser olhada com receio e desconfiança. Das várias parcerias estratégicas estabelecidas por Washington na região, a saudita é a que mais inquietação provoca, até porque é a que mais danos pode provocar se descarrilar.

A Retirada Impossível

O derrube de Saddam Hussein proporcionou uma demonstração inequívoca do esmagador poderio militar dos EUA.³⁵ Se as operações militares que levaram ao derrube

34 Sobre a nuclearização do Irão, e as consequências estratégicas para os EUA, cf. Rato, Vasco e Lima, Bernardo Pires de (2007), "A Encruzilhada Iraniana: armas nucleares e consequências geoestratégicas", *Nação e Defesa*, N.º 117, Verão, pp. 179-196.

35 Cf. Gordon, Michael R. e Bernard E. Trainor (2007), *Cobra II: The Inside Story of the Invasion and Occupation of Iraq*. Nova Iorque: Vintage, 2007 e Keegan, John (2005), *The Iraq War: The Offensive, from Victory in 21 Days to the Insurgent Aftermath*. Nova Iorque: Vintage.

de Saddam Hussein se pautaram pelo sucesso, é igualmente verdade que a fase subsequente da guerra – a ocupação e a transição para a soberania iraquiana – evidenciou sérios obstáculos e retrocessos. Desde o primeiro momento, verificou-se que existiam gravíssimas falhas no planeamento da ocupação: o modelo político a adoptar, o papel a desempenhar pelas elites iraquianas, a duração da ocupação e a hierarquização dos objectivos da reconstrução. Em retrospectiva, o contraste entre o sucesso da operação militar e o desnorte da ocupação revelou-se abismal.³⁶

Dois dados explicam as dificuldades iniciais da ocupação: primeiro, a incapacidade de manter a ordem pública nos dias que seguiram o colapso de Bagdad e, depois, a decisão de dismantelar as Forças Armadas e a Administração Pública.³⁷ Este dismantelamento dos dois pilares do Estado iraquiano – um imponderado plano de desbaatização inspirado pelas experiências japonesa e alemã – contribuiu para a mobilização da resistência às forças de ocupação e, como corolário, concedeu legitimidade aos grupos que se organizavam para expulsar as tropas da coligação. Mesmo assim, talvez tivesse sido possível evitar o pior se as autoridades de ocupação tivessem constituído um governo (ou outra entidade) suficientemente legítimo para evitar a espiral de violência.³⁸ Claro que muito dificilmente se poderia preservar a segurança recorrendo ao contingente militar reduzido destacado para o efeito. Seria esta conjugação de erros que mergulharia o Iraque na violência sectária.

O aumento – *surge* – de efectivos americanos, que marcou o abandono da estratégia de ocupação delineada por Rumsfeld, inverteu a situação no terreno. As tribos sunitas ergueram-se contra a al-Qaeda no Iraque e outras organizações que visavam provocar uma guerra civil entre xiitas e sunitas. A revolta das tribos contra os extremistas exigia uma aproximação aos americanos, capazes de protegerem a minoria sunita e, assim, criarem condições para a sua integração no processo político. Quanto aos confrontos violentos que alastravam pela comunidade xiita, dividida entre o pragmatismo de Ali al-Sistani e o nacionalismo exacerbado de Muqtada al-Sadr e do seu Exército Madhi, que

36 Cf. Ricks, Thomas E. (2007), *Fiasco: The American Military Adventure in Iraq, 2003 to 2005*. Nova Iorque: Penguin; Packer, George (2005), *The Assassins' Gate: America in Iraq*. Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux, e Allawi, Ali A. (2007), *The Occupation of Iraq. Winning the War, Losing the Peace*, New Haven: Yale University Press.

37 Cf. Bremer, L. Paul (2006), *My Year in Iraq: The Struggle to Build a Future of Hope*, Nova Iorque: Threshold Editions.

38 Para duas perspectivas críticas: Steele, Jonathan (2008), *Defeat: Why America and Britain Lost Iraq*. Berkeley: Counterpoint e Kaplan, Fred (2008), *Daydream Believers: How a Few Grand Ideas Wrecked American Power*. Hoboken: John Wiley & Sons.

exigia a retirada imediata das forças estrangeiras, o reforço do contingente americano permitia que fossem ocupadas as zonas até então dominadas pelas milícias. Por outras palavras, a capacidade de controlar localidades através de uma presença permanente retirou à resistência grande parte da sua implantação no terreno.

Possibilitando a redução da violência no Iraque, a *surge* abre caminho no sentido de uma solução política que possa proporcionar a estabilidade. Na medida em que constitui uma inversão da estratégia do “light footprint” definida por Donald Rumsfeld, a *surge* visava remedir a lacuna que permitiu a degradação da segurança depois da captura de Bagdade. Evidentemente, é demasiado cedo para se saber se a nova estratégia criará as condições necessárias para encontrar uma solução política sustentável que possa assegurar a estabilidade no país. De qualquer forma, parece estar excluído o cenário de guerra civil sangrenta e, em consequência, a divisão tripartida do Iraque. É certo que o agravamento de tensões na região, que aumentariam dramaticamente se se verificasse um ataque militar contra o Irão, pode fazer ressuscitar a violência sectária. Esse desfecho não pode, neste momento, ser excluído. Contudo, há razões para esperar que o rumo político seja marcado pela acomodação entre os sectores iraquianos.

Porém, muito dificilmente se assistirá a uma retirada plena das forças americanas do país. O recém-eleito presidente, Barack Obama, prometeu, ao longo da campanha eleitoral, efectuar a retirada em dezasseis meses.³⁹ Todavia, os acordos sobre a presença de tropas em discussão apontam para uma conclusão incontornável: os EUA manterão uma força no Iraque suficientemente robusta para assegurar a estabilidade no país. A partir das suas bases militares no Golfo Pérsico, e das alianças políticas consolidadas com a Jordânia e a Arábia Saudita, Washington continuará a ser um actor regional indispensável. Se se acrescentar o aumento da insegurança regional provocada pela estratégia nuclear de Teerão, antecipa-se uma aproximação de vários países da região aos Estados Unidos a fim de garantirem a sua segurança face a um Irão que demonstra inequívocas ambições hegemónicas.

Conclusões

Barack Obama aceita a mais importante das premissas que orientaram a política externa de George Bush: a falência do *status quo* e, como corolário, a necessidade de

³⁹ Cf. Obama, Barack (2007), “Remarks of Senator Barack Obama: A New Beginning”, 2 de Outubro. Disponível em: http://www.barackobama.com/2007/10/02/remarks_of_senator_barack_obam_27.php.

modificar a carta política do Médio Oriente.⁴⁰ Aceita que a democratização dos regimes autocráticos da região é essencial para combater o jihadismo, como também acredita que os regimes democráticos não se guerrearão, pelo que a democratização se afigura como uma condição para assegurar a pacificação da região. É certo que existem algumas divergências quanto à abordagem a delinear para a região; porém, há uma coincidência de pontos de vista entre Bush e o recém-eleito presidente no tocante aos objectivos estratégicos a atingir. Não há, pois, razão para antecipar rupturas na política externa de Washington para a região depois de Janeiro de 2009.

O sufrágio palestino de 2006, conjugado com as experiências de democratização libanesa e iraquiana, demonstraram os perigos inerentes à realização prematura de eleições. Por outras palavras, os EUA, em parceria com os seus aliados ocidentais, terão de formular uma estratégia gradualista de abertura que passará por incentivar a transformação económica, a dinamização da sociedade civil e o fomento de estados de direito. Trata-se de uma estratégia com vista à criação de condições que possam sustentar processos de democratização, particularmente a realização de eleições pluralistas e a construção de instituições credíveis. Evidentemente, uma estratégia com estas características acarreta um perigo que não pode ser escamoteado: a possibilidade de o processo de abertura ser demasiado gradual e, por conseguinte, facilitar a emergência dos islamitas. Dito de forma diferente, a questão que se coloca é como pode Washington encorajar a mudança sem, inadvertidamente, comprometer as alianças com regimes autocráticos que são indispensáveis para avançar os interesses regionais do país?

As posições assumidas por Barack Obama em relação ao Iraque e, em menor grau, ao Irão, poderiam indicar que a sua administração preconizará uma ruptura com a orientação delineada por George Bush.⁴¹ Não é, porém, o caso. Discordando da abordagem seguida em relação a estes dois focos de conflitualidade, Obama insistentemente manifesta o seu apoio à agenda de liberdade bushista. Vale, portanto, a pena enfatizar que existem mais pontos de convergência do que divergência entre o actual presidente republicano e o futuro presidente democrata, e acrescentar que as divergências são menores do que, à primeira vista, possa parecer.

40 Cf. Obama, Barack (2007), "Campaign 2008 - Renewing American Leadership", *Foreign Affairs*, Vol. 86, N.º 4, Julho/Agosto, pp. 263-276.

41 Para as propostas de Barack Obama para o Iraque e o Irão, cf. "Barack Obama and Joe Biden's to Secure America and Restore our Standing". Disponível no site oficial da campanha em http://origin.barackobama.com/issues/foreign_policy/